

POLÍTICA DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA: A PARCERIA UAB-BARRETOS

Eduardo Rodrigo de Souza (UnB – eduerer@gmail.com)
Fabiana Vigo Azevedo Borges (fabianavigo@hotmail.com)

Grupo Temático 5. *Qualidade na Educação a Distância e a democratização do conhecimento.*

Subgrupo 5.3. *A EaD como estratégia de democratização no ensino superior: acesso e equidade.*

Resumo

O presente trabalho teve por objetivo analisar o Programa Universidade Aberta do Brasil, em sua parceria com o Município de Barretos, considerando o intuito de expandir a Educação Superior por meio da modalidade de Educação a Distância. O referido programa estabelece parceria com municípios e estados que firmam acordos com as Universidades Federais ou Estaduais, mediante oferta gratuita de formação em cursos de nível superior ou técnico. Para a realização do trabalho, foi utilizada a revisão bibliográfica sobre a Educação a Distância e a Política que serve de base a ela, para aprofundamento sobre o assunto. Além disso, foi realizada uma entrevista com a Coordenadora do Polo, para esclarecimentos sobre o funcionamento dos cursos e o destino de alunos já formados. Como resultados principais, podemos mencionar melhorias de acesso à Educação Superior considerada de qualidade e a oportunidade de inserção no mercado de trabalho, suprimindo demandas, principalmente na área educacional.

Palavras Chave: Políticas Públicas; Educação a Distância; Demandas sócio-educativas

Abstract

This study aimed to analyze the Brazil Open University program, in its partnership with the City of Barrie, considering the intention of expanding higher education through Distance Education mode. This program partners with cities and states that have signed agreements with Federal or State Universities, by offering free training courses or higher technical level. To conduct the study, the literature review on the Distance Education and Policy that underpins it, to deepen on the subject was used. Also, an interview with the Coordinator of the Polo was performed to clarify the operation of the courses and the fate of students have graduated. As main results, we can mention improvements in access to higher education of quality and considered the opportunity of entering the labor market, supplying demands, especially in education.

Key words: Public Policy; Distance Education; Social and educational demands

Introdução

Neste artigo procurou-se analisar a parceria firmada entre o Programa Universidade Aberta do Brasil e o município de Barretos-SP, que constitui um dos Polos de Apoio Presencial do referido Programa, para o desenvolvimento de cursos de educação superior a distância. Dessa forma, buscou-se compreender os fatores sócio-educativos que serviram de base para o estabelecimento da referida parceria, bem como identificar os primeiros resultados para a sociedade barretense, levando em conta os objetivos do referido Programa.

Acredita-se que, em termos sociais, o trabalho aqui apresentado contribuiu para melhor compreender o retorno social dos investimentos feitos pelo município, ao firmar a parceria com o Programa Universidade Aberta do Brasil. Deve-se ressaltar que o termo “parceria” utilizado neste trabalho refere-se ao fato de haver um acordo oficial entre Governo Federal, que criou o Programa UaB e o financia; as Universidades Públicas, que são responsáveis pelos cursos ofertados; e os municípios sedes de Polo Presencial, responsáveis pela infra-estrutura que permite aos cursistas terem acesso aos serviços disponíveis.

Além disso, pode-se afirmar que este estudo foi importante para apontar algumas eventuais lacunas presentes no modelo de Política Pública em Educação desenvolvido e, a partir daí, permitiu refletir sobre possíveis medidas que visem solucionar os problemas encontrados.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho corresponde a uma pesquisa qualitativa, tendo por base o referencial sobre Políticas Públicas em Educação a Distância no Brasil, procurando verificar quais contribuições essas políticas trouxeram para a Educação no município de Barretos, em termos de oportunidades de acesso a cursos superiores para pessoas em condições desfavoráveis socioeconomicamente e também em termos de oportunidades de inserção no mercado de trabalho, sobretudo na área educacional.

Na primeira etapa do trabalho realizou-se um estudo bibliográfico, com o intuito de obter um conhecimento mais aprofundado sobre as Políticas Públicas referentes ao Programa Universidade Aberta do Brasil, que objetiva expandir a oferta de Educação Superior a Distância neste país. Com essa pesquisa bibliográfica, elaborou-se um pequeno histórico correspondente à Política do Ministério da Educação referente à criação e expansão da Educação a Distância (EaD) no país, além de analisar-se os objetivos do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Em seguida, foi realizada uma pesquisa documental, para compreender as bases políticas que permitiram a parceria entre o município de Barretos e o Programa Universidade Aberta do Brasil. Essa pesquisa documental permitiu tanto a análise dos decretos que possibilitaram a regularização da EaD no Brasil, quanto a Lei Municipal que esclarece os termos do acordo estabelecido entre Barretos e UAB.

Para finalizar, foi realizada uma entrevista semi-estruturada com a Coordenadora do Polo de Apoio Presencial de Barretos. A partir dessa entrevista, procurou-se conhecer melhor os resultados sócio-educativos alcançados com a parceria estabelecida. Vale ressaltar que todos esses aspectos foram tratados a partir de um embasamento teórico relacionado a um fator fundamental para a presente discussão: as Políticas Públicas em EaD. Aspectos relevantes sobre este tema estão presentes na fundamentação teórica do trabalho, como pode ser verificado na sequência.

1. As Políticas Públicas em Educação a Distância: definindo e contextualizando historicamente.

Ao observarmos as configurações sociais de nossa atualidade, percebemos um amplo domínio das tecnologias nos diversos segmentos da sociedade. Consideramos pertinente frisar que esse “domínio tecnológico” foi possibilitado por avanços tecnológicos em algumas áreas, como computação e engenharia genética, os quais foram, de certa forma, estendidos a outros âmbitos da sociedade.

Esse avanço e expansão das tecnologias atinge setores como o da telefonia, televisão, radiodifusão e outros meios de comunicação, possibilitando que uma vasta gama de informações seja processada e disseminada pela sociedade, em um curto espaço de tempo. Desse modo, a quantidade e velocidade das informações se tornam bastante intensas, atingindo de forma ostensiva as pessoas de uma sociedade, no seu dia a dia (GOUVEIA, 2004).

Considerando essas características da sociedade atual, em que há, de certa forma, um predomínio da tecnologia e da informação, alguns estudiosos passam a denominá-la de “Sociedade da Informação”, como é o caso de Castells (2001), citado por Gouveia (2004). De acordo com Castells:

A Sociedade da Informação é um conceito utilizado para descrever uma sociedade e uma economia que faz o melhor uso possível das Tecnologias de Informação e Comunicação no sentido de lidar com a informação, e que toma esta como elemento central de toda a atividade humana. (Castells, apud. Gouveia, 2004: 02)

Conforme Gouveia (2004), em uma sociedade em que a informação se torna elemento central, *“as pessoas aproveitam as vantagens das tecnologias em todos os aspectos de suas vidas: no trabalho, em casa, no lazer”* (p. 02). Vemos que tecnologia e informação se configuram como elementos essenciais para nossas vidas, atuando, de modo geral, como norteadoras de nossas ações. Entretanto, é preciso ressaltar, segundo Gouveia (2004), que *“não é a tecnologia o elemento crucial, mas o que ela pode potenciar nas relações entre pessoas e (entre) pessoas e organização”* (p. 02).

É possível notar, portanto, que tecnologia e informação, embora constituam elementos essenciais dentro da configuração social de nossa atualidade, não podem ser consideradas como fatores isolados, que “falam por si mesmos”, mas como fatores de intermediação entre os indivíduos ou grupos que compõem uma sociedade. Nesse contexto, verifica-se que tecnologia e informação funcionam como “elo” para a construção do “conhecimento coletivo”, característico da vida social.

Sendo assim, podemos afirmar que os arranjos sociais de nossa atualidade nos indicam uma ampla utilização das tecnologias. Um desses setores é a Educação, que, utilizando-se das novas tecnologias, permite a várias pessoas terem acesso aos diversos tipos conhecimento, fazendo que, de certa forma, haja uma democratização educacional. Neste sentido, Belloni (2002, p. 08) afirma:

Por que é urgente integrar as TIC nos processos educacionais? A razão mais geral e a mais importante de todas é também óbvia: porque elas já estão presentes e influentes em todas as esferas da vida social, cabendo à escola, especialmente à escola pública, atuar no sentido de compensar as terríveis desigualdades sociais e regionais que o acesso desigual a estas máquinas está gerando. (Belloni, 2002:08)

Dessa forma, entendemos que, com a utilização das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação), o processo de ensino e aprendizagem vem assumindo novas e importantes características, sistematizando a chamada Educação a Distância (EaD). Assim, pode-se dizer que o uso dessas tecnologias ajuda a “encurtar as distâncias geográficas” e a minimizar as dificuldades enfrentadas por aquelas pessoas que desejam um ensino superior de qualidade, mas que não vislumbram das oportunidades necessárias para isso. Essa forma de proporcionar oportunidades utilizando-se das “novas tecnologias” pode ser verificada na fala de Mill (2010, p. 46):

(...) Nessa nova fase de aprendizagem social, as tecnologias possibilitam aos interessados atingir a unidade demográfica (o sujeito em sua singularidade e em seu tempo-espaço particular de vida). Isto é, atualmente pode-se levar informações diversas a um grande contingente de pessoas, mesmo estando em espaços e tempos diversos, e de forma direcionada aos seus interesses pessoais (MILL, 2010:46).

Se direcionarmos a análise para o âmbito educacional, de forma mais específica, é possível perceber que na atual configuração social, a informação constitui elemento central também para a educação/formação dos indivíduos. Porém, nessa nova realidade, a informação deixa de ser algo restritivo e dependente das instituições educacionais, já que, como foi dito anteriormente, está intensivamente disseminada por toda a sociedade.

Considerando o contexto apresentado, caracterizado pelo uso intenso das tecnologias e divulgação das informações, e relacionando-o com o aspecto educacional, é possível perceber o surgimento de outras possibilidades referentes à de “educação formal”, sendo esta correspondente àquilo que se considera a “educação formal”, que deve cumprir exigências legais e é caracterizada por uma organização planejada, apresentando objetivos pré-definidos, metodologia adequada e local específico para que ocorra.

Dentre as novas possibilidades educacionais a que fazemos referência está a Educação a Distância, com sua nova configuração e cujo funcionamento atual está facilitado justamente pelos avanços tecnológicos, destacando-se, neste caso, o uso do computador, associado à criação da internet, ferramenta que acreditamos ser essencial para que esse modelo de educação possa ocorrer nos moldes atuais.

Devemos ressaltar que, atualmente, é possível perceber o crescimento da Educação a Distância como uma modalidade de ensino que assume grande destaque no setor socioeducacional, principalmente pelas possibilidades conquistadas pelo desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs.

Se levarmos em conta o aspecto legal da referida modalidade, é interessante observar que a Educação a Distância encontra respaldo legal para sua implementação a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9.394/96), porém, segundo os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância do Ministério da Educação, publicado em 2007, somente em 2005, com o decreto 5.622, a EaD obteve respaldo legal e orientações no tocante à política de garantia de qualidade. De qualquer modo, é possível

verificar que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) ampliaram as possibilidades de aprendizagem, tanto para alunos, quanto para professores, criando novas dimensões no processo ensino/aprendizagem.

Além disso, percebe-se que a EaD funciona como ferramenta de redução da exclusão social, uma vez que, garantindo acesso ao Ensino Público Superior a um maior número de pessoas, cria condições para que essas pessoas tenham acesso também a uma nova gama de oportunidades, tanto em termos intelectuais, quanto profissionais, algo pouco provável, se pensarmos no acesso a esse nível de ensino público, na modalidade presencial, pois o perfil da maioria dessas pessoas certamente não permitiria que se adaptassem às características de um curso presencial em uma instituição pública.

Diante do que foi exposto até aqui, entendemos que a EaD, a despeito dos ajustes necessários à melhoria de seu funcionamento, reflete, para muitas pessoas da sociedade brasileira, uma oportunidade de transformação, por meio do acesso à educação superior de qualidade, contribuindo para a superação de obstáculos geográficos e econômicos, envolvendo estes últimos a necessidade de trabalhar e, conseqüentemente, a impossibilidade de dedicação exclusiva aos estudos. A partir dessa superação, a EaD acaba por contribuir também para a inserção educacional da população menos favorecida em termos socioeconômicos e, portanto, para aquilo que podemos considerar uma forma de “inclusão social”.

Entretanto, o desenvolvimento da EaD, de forma a atender aos reclamos dessa população menos favorecida, depende, em grande parte, do bom funcionamento da política pública a ela relacionada. Uma política pública que esteja bem estruturada e bem organizada e que, de fato, apresente uma preocupação com a inclusão social de pessoas que, devido à estrutura iníqua de nossa sociedade, tiveram de enfrentar condições adversas, sendo impossibilitadas de encontrar um melhor destino para suas vidas.

De acordo com especialistas da área, podemos entender Políticas Públicas como o conjunto de ações implementadas pelas autoridades governamentais, com o objetivo de solucionar problemas sociais ou melhorar uma situação social, mesmo que esta não apresente problemas significativos, tendo simplesmente o intuito de “agregar valor”.

Como foi mencionado, uma Política Pública é algo que nasce e parte das autoridades pertencentes ao Estado, o qual, com sua competência jurídica e seu poder, “impõe” sobre toda a sociedade o conjunto de ações a serem praticadas. Portanto, quando falamos em Política Pública, não estamos fazendo referência a ações originadas em qualquer instância ou grupo social, como seria o caso, por exemplo, de muitas ações sociais voltadas para o bem estar de determinadas comunidades, que partem de Organizações Não-Governamentais. Essas ações não podem ser consideradas Políticas Públicas, pois, neste caso, a origem das ações não pertence à autoridade do Estado e, portanto, não tem o “poder” de impor-se a todos os indivíduos que compõem a sociedade. Neste caso, a adesão às ações é algo espontâneo.

Além disso, se o que corresponde a Política Pública é o momento da implementação, consideramos possível dizer que existem outros momentos anteriores a este e que, portanto, na verdade, uma Política Pública nasce de uma sequência de momentos: formação de ideias; discussão e organização das ideias; tomada de decisão; implementação das ações necessárias. Porém, conforme leituras realizadas, somente este último momento corresponde à Política Pública propriamente dita. Assim, por exemplo, as autoridades de um município podem decidir aumentar os salários dos funcionários municipais. Mas essa decisão, em si, não significa a existência de uma Política Pública. Esta só passará a existir,

quando as ações necessárias para que o aumento ocorra forem, de fato, implementadas e, a partir daí, os funcionários passarem a receber concretamente esse aumento. Ao nosso ver, todas essas condições precisam ser levadas em conta, quando tratamos de Políticas Públicas na acepção da palavra.

A partir dessas constatações, acreditamos ser possível afirmar que falar de Educação a Distância como Política Pública significa verificar as discussões, as decisões e a implementação da referida modalidade educacional, considerando seus objetivos e o cumprimento dos mesmos. Ademais, se a intenção é reduzir injustiças sociais a partir da Política Pública em EaD, é preciso analisar também se e até que ponto essa política contribui para a redução da exclusão, que deve corresponder, conseqüentemente, a uma ampliação da inclusão social em termos de Educação de Nível Superior Público.

Sendo assim, é possível afirmar, conforme Saraiva (1996), que as políticas públicas relacionadas à EaD se intensificaram a partir da década de 1990, na qual foram tomadas as primeiras iniciativas que procuraram expandir e aumentar essa modalidade de ensino, tornando-a uma alternativa para os brasileiros, principalmente no nível do Ensino Superior. Nas palavras da referida autora:

O governo brasileiro, através do MEC e do Ministério das Comunicações (MC), tomou, a partir de 1993, as primeiras medidas concretas para a formulação de uma política nacional de EAD, para a criação, através do Decreto nº 1.237, de 6/9/94, do Sistema Nacional de Educação a Distância.

É possível afirmar que o governo brasileiro, desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), prevê esta modalidade como modelo alternativo de ensino. Sabe-se também que as iniciativas em EaD, atualmente, estão atreladas ao uso de Novas Tecnologias, dentro do contexto que se apresenta atualmente.

Nota-se um grande avanço da Educação a Distância, devido às possibilidades advindas da internet e viabilizadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação. Estimuladas por iniciativas individuais e por Políticas Públicas a elas relacionadas. Essas novas possibilidades permitiram as iniciativas de parcerias com Universidades Públicas Brasileiras. Segundo Kenski (2011), podemos destacar a iniciativa da Universidade de Brasília (UnB), que em 1980 já havia criado o seu Centro de Educação a Distância (CEAD), responsável pela oferta dessa modalidade de ensino em cursos livres e de curta duração. Ele destaca ainda que em "1995 a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) cria o Núcleo de Educação Aberta e a Distância do Instituto de Educação (NEAD). Data também desta época a criação do laboratório de EaD do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)." (KENSKI, 2011, p. 5).

Para Pires (2001), existe no Brasil uma pressão pelo ensino superior, já que, "apenas 11% da população com idade escolar, entre 19 e 24 anos, que estão cursando a universidade são beneficiados com os serviços prestados pelas IES" (instituições públicas de ensino superior)." E esta pressão influencia políticas públicas para este nível de ensino, e neste sentido, a EaD vem sendo apontada como possibilidade interessante.

Segundo os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), alcançados pela Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) feita em 2009, 11,7% dos brasileiros frequentavam o ensino superior, dos quais cerca de 75,5% estavam matriculados na rede particular de ensino.

Diante desses números pudemos observar diversas iniciativas e políticas governamentais recentes voltadas para a expansão da oferta e a democratização do acesso

e da permanência no ensino superior, o que permite observar ampliação no atendimento desse nível de ensino, o que é confirmado pelos resultados do Censo da Educação Superior 2010, (relatório Inep-2010).

2- A Universidade Aberta do Brasil: compreendendo a política pública.

Segundo dados do Ministério da Educação no site próprio da UAB, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. Todos os brasileiros apto para o ensino superior pode concorrer a uma vaga na UAB porém, há uma prioridade para professores que atuam na educação básica, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.

O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". Segundo o MEC, a UAB também, "fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas." (MEC, 2006)

Assim, o Sistema UAB propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas e demais organizações interessadas, enquanto viabiliza mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada.

O Sistema UAB sustenta-se em cinco eixos fundamentais:

- Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso;
- Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
- Avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC;
- Estímulo à investigação em educação superior a distância no País;
- Financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância.

Os primeiros cursos executados no âmbito do Sistema UAB resultaram da publicação de editais. O primeiro edital, conhecido como UAB1, publicado em 20 de dezembro de 2005, permitiu a concretização do Sistema UAB, por meio da seleção para integração e articulação das propostas de cursos, apresentadas exclusivamente por instituições federais de ensino superior, e as propostas de polos de apoio presencial, apresentadas por estados e municípios.

O segundo edital, publicado em 18 de outubro de 2006, denominado UAB2, diferiu da primeira experiência por permitir a participação de todas as instituições públicas, inclusive as estaduais e municipais.

Em 2007, o sistema UAB repassou recursos às instituições de ensino superior para a ampliação do acervo bibliográfico dos polos de apoio presencial. Foram adquiridos livros contemplando as áreas dos cursos ofertados nos polos. A bibliografia básica foi indicada por coordenadores de cursos e corroborada por coordenadores UAB.

Em 2008, merece destaque da atuação do Sistema UAB que fomentou a criação de cursos na área de Administração, de Gestão Pública e outras áreas técnicas.

Atualmente, 88 instituições integram o Sistema UAB, entre universidades federais, universidades estaduais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs).

Para Segenreich (2009) a proposta de expansão de matrículas nos níveis de graduação e pós-graduação, que deu origem ao Cederj é semelhante às ações da UAB, sendo possível afirmar que a

UAB também é fruto de uma política pública mais do que de um projeto educacional. No caso da UAB, trata-se de uma política agressiva de expansão quantitativa de vagas na rede pública de educação superior, pelos números que pretende alcançar e pelos mecanismos de adesão que adota. (SEGENREICH, 2009. p.12)

Para essa autora em termos de estratégia de busca de adesão (troca de compromissos), a UAB pode até ser interpretada como uma espécie de ProUni na rede pública, na medida em que, na primeira, prometem-se vagas docentes, enquanto, na segunda, a contrapartida é a isenção fiscal dos que participarem do Programa.

2.3- Os polos de apoio presencial:

Segundo site da UAB, os polos de apoio presencial são as unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior no âmbito do Sistema UAB. Mantidos por Municípios ou Governos de Estado, os polos oferecem a infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para que os alunos possam acompanhar os cursos a distância.

O polo de apoio presencial também pode ser entendido como "local de encontro" onde acontecem os momentos presenciais, o acompanhamento e a orientação para os estudos, as práticas laboratoriais e as avaliações presenciais.

O objetivo dos polos é oferecer o espaço físico de apoio presencial aos alunos da sua região, mantendo as instalações físicas necessárias para atender aos alunos em questões tecnológicas, de laboratório, de biblioteca, entre outras.

Para a instalação do polo é recomendado pelo MEC alguns itens, tais como as dependências administrativas e o equipamento e o mobiliário especificado por dependência administrativa; (b) os recursos humanos referentes à equipe técnica, administrativa e docente (tutores presenciais e coordenador).

Segundo dados do MEC, atualmente temos mais de 700 polos de apoio presencial, espalhados por todo território brasileiro.

O suporte encontrado nos polos de apoio presencial representa uma grande conquista e uma sistematização da UAB.

3- UAB e polo Barretos: primeiras observações

Entre os polos presenciais que dão suporte ao UAB, encontramos o polo do município de Barretos, estado de São Paulo, que abriga cursos tecnológicos, graduação (licenciatura) e pós-graduação oferecidos por algumas instituições públicas, como podemos observar na tabela abaixo.

Cursos Oferecidos no POLO presencial de Barretos, pelo sistema UAB	
Universidade de Brasília	Oferece curso de Licenciatura em Artes Visuais, Licenciatura em Teatro, Licenciatura em Educação Física e Licenciatura em Geografia.
Universidade Federal de São Carlos	Curso de Técnico em Sucoalcoól. Licenciatura em Música.
Universidade Federal Fluminense	Pós graduação em Planejamento e Gestão da EAD.

Tabela elaborada pelo autor

O polo de Barretos foi autorizado pelo lei n.º 3.976, de 27 de junho de 2007 que autoriza o poder executivo de Barretos/SP a celebrar acordos de cooperação institucional com instituições de ensino públicas que compõem o Sistema UAB, visando o estabelecimento de polo de apoio presencial a cursos de educação à distância.

Legalmente analisando encontramos a lei complementar nº 87, de 07 de março de 2008, que estabelece em seu artigo 10º a criação e os objetivos do polo. Acompanhe trecho do documento:

ART. 10- Fica criado o Pólo de Apoio Barretos de Educação a Distância - PAB que terá como finalidade precípua oferecer o apoio e o suporte necessários para a realização de cursos e/ou outras atividades educacionais ou culturais na modalidade a distância ministrados pelo sistema Universidade Aberta do Brasil ou por qualquer outra instituição educacional ou cultural.

§ 1.º-Poderá haver no Pólo de Apoio Barretos de Educação a Distância - PAB postos de trabalho destinados às funções de:

I- tutor de cursos de nível superior, que terá como requisitos mínimos para seu exercício licenciatura plena na área específica de atuação e, no mínimo, 3 (três) anos de docência em escolas públicas oficiais; (...)

Analisando os termos da lei podemos afirmar que a criação do polo de Barretos objetiva a consolidação do apoio presencial e do suporte necessário para a realização de cursos e na modalidade a distância ministrados pelo sistema Universidade Aberta do Brasil.

Sendo assim, e considerando os dados fornecidos pela Coordenadora do Polo, Dinelaire Sarti Dini de Freitas, referente ao vestibular de 2010 para ingresso em 2011, a Universidade de Brasília ofereceu um total de 130 vagas nos cursos de licenciatura destacados acima, oportunizando á população local e regional acesso à formação universitária gratuita.

Nas palavras desta Coordenadora “a consolidação do polo de apoio presencial no município de Barretos representou uma grande conquista para a cidade e para a região”, já que os alunos “recebem o retorno em qualidade de educação”.

Dessa forma, é possível afirmar que o ensino superior de qualidade e gratuito se tornou uma realidade para os municípios, principalmente considerando a formação de docentes, e pode ser vivenciado pela primeira turma de formandos, que aconteceu em fevereiro de 2012, com cerca de 58 formandos. Para Dinelaine de Freitas a UAB os avanços sócioeducacionais para a cidade de Barretos, nestes cinco anos de polo presencial são muitos, com destaque para a facilidade de acesso ao ensino superior. De acordo com suas observações: “A principal vantagem economicamente falando é cursar uma Faculdade Pública e portanto não há ônus. Socialmente há um aumento no nível de escolaridade da população, uma melhoria profissional.” Ela destaca como vantagem “a conscientização da população sobre a condição de ser graduado gratuitamente por uma instituição de qualidade, bem como, a melhoria na formação profissional dos professores da rede municipal de ensino.”

Em relação ao campo de atuação profissional, há empregos para os que já se formaram, um exemplo é a turma de teatro, da qual alguns alunos foram aprovados em Concurso Público do município nos primeiros lugares. Há também alunos que ainda estão cursando e já estão lecionando na rede municipal e estadual em áreas específicas.

Dessa forma, observamos que a UAB no polo de Barretos, permitiu a população uma alternativa de formação em nível superior e principalmente melhorias na formação docente, nas áreas de Artes Visuais, Teatro e Educação Física e Música.

Outro ponto interessante, que foi destaque na fala da supervisora do polo é que expansão de vagas para o ensino superior, diminuindo a defasagem sócio-educativa, pois “a parceria foi gerada a partir da visão do então Secretário de Educação em 2006, que vislumbrou a perspectiva para atendimento da demanda excluída de formação de nível superior e especialização por inúmeros motivos”.

Enfim, a UAB apresentou, neste curto período de atividades importantes resultados para o município.

4- Apontamentos finais:

Pela presente pesquisa foi possível concluir que a Educação a Distância no território brasileiro, por meio de Políticas Públicas específicas, vem sendo utilizada para a ampliação do ensino superior público. Entre estas políticas, destacamos o Programa Universidade Aberta do Brasil, que objetivou expandir o ensino das universidades públicas para diversos locais, superando as barreiras geográficas. Para que esta expansão fosse possível foi necessária a parceria entre o governo federal, os estados e os municípios, sendo estes últimos os responsáveis pela criação manutenção dos Polos de Apoio Presencial.

No município de Barretos, foco desta pesquisa, pôde-se observar e analisar os resultados positivos gerados pelo Programa mencionado, já que aos municípios foi oportunizado ensino superior de qualidade e gratuitamente, permitindo o aperfeiçoamento da população e a melhoria nas condições de trabalho.

Finalmente, considerando o foco deste estudo, foi possível notar que a parceria estabelecida entre o município de Barretos e o Programa UAB demonstra vir correspondendo aos preceitos desse Programa, já que, não só está garantido o acesso da população local e regional a cursos oferecidos no âmbito do UAB, como também já iniciou o atendimento a parte da demanda por profissionais na Educação Básica, começando a suprir a insuficiência de docentes nesse nível de ensino. Além disso, por meio da parceria firmada,

pôde-se oferecer oportunidades de trabalho a outros profissionais, a partir do momento em que foi instalado o Polo de Apoio Presencial no Município, considerando que, com a chegada do Polo, necessitou-se de recursos humanos para coordenação, secretaria e tutoria presencial.

Obviamente, este trabalho é apenas preliminar, porém, acredita-se que seu desenvolvimento tenha despertado a atenção para questões importantes, que podem ser melhor exploradas futuramente, em outros trabalhos. Em todo caso, parece ficar clara a importância de se pensar e introduzir Políticas Públicas que, de alguma forma, visem a atender às necessidades de setores estratégicos, como é a Educação, e que também constituam formas de oportunidade de acesso e garantia do direito a serviços básicos a pessoas menos privilegiadas socialmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLONI, Maria Luiza. **Ensaio sobre a educação a distância no brasil**. Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 78, Abril/2002.

KENSKI, Vani Moreira. **O desafio da educação a distância no brasil**. Disponível em: www.ufif.br/revistaedufoco/files/2010/02/011.pdf. Acesso: junho/2012.

MILL, Daniel; PIMENTEL, Nara Maria. **Ensino, aprendizagem e inovação em Educação a Distância: desafios contemporâneos dos processos educacionais**. Cap. 1. In: _____(org.). Educação a Distância: desafios contemporâneos. São Carlos: EdUFSCar, 2010. 344p.

SARAIVA, Terezinha. **Educação a distância no Brasil: lições da história**. Em Aberto, Brasília, ano 16, n.70, abr./jun. 1996. Disponível em: www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/.../950. Acesso: junho/2012.

ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do Ensino Superior Stella Cecília Duarte Segenreich. Proposições, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 205-222, maio/ago. 2009 disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n2/v20n2a13.pdf>

PIRES, Edimburgo Francisco. Universidade, Políticas Públicas e Novas Tecnologias Aplicadas à Educação a Distância. Revista Advir Nº 14, Rio de Janeiro, pp.22-30, 2001, disponível em < <http://www.cibergeo.org/artigos/ADVIR14.pdf> > acessado em 20/05/2012.

SANTOS, Fabiana Cunha dos. **UAB COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR VIA EAD**. Disponível em <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0184.pdf> Acessado em 20/04/2012

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. **ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do Ensino Superior** Proposições: Campinas, v. 20, n. 2 (59), 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n2/v20n2a13.pdf>> Acessado em 20/02/2012.